

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Izabella Azevedo dos Santos

VIOLÊNCIA, COTIDIANO E O TRABALHO DE CAMPO EM VEENA DAS

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientadora: Profa. Dra. Cristina Dias da Silva.

Juiz de Fora
2022

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, IZABELLA AZEVEDO DOS SANTOS, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201972014A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado VIOLÊNCIA, COTIDIANO E O TRABALHO DE CAMPO EM VEENA DAS, desenvolvido durante o período de 25/04/2022 a 09/08/2022 sob a orientação da Profa. Dra. Cristina Dias da Silva, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 09 de Agosto de 2022.

Izabella Azevedo dos Santos

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

VIOÊNCIA, COTIDIANO E O TRABALHO DE CAMPO EM VEENA DAS

Izabella Azevedo dos Santos¹

RESUMO

Este artigo analisa algumas das principais categorias elaboradas pela antropóloga indiana Veena Das em seu livro *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*, recentemente traduzido e publicado no Brasil. Traz como objetivo a compreensão dos conceitos de “cotidiano”, “ordinário”, “eventos críticos”, “violência”, “trabalho do tempo”, “generificação do sofrimento”, “conhecimento venenoso” e “sofrimento social”, ambos compostos na obra. Junto a isso, propõe-se o entendimento da maneira pela qual a autora produziu a tessitura do seu fazer etnográfico, seus modos, por assim dizer, de interpretar e significar o mundo em suas pesquisas. Utiliza-se, para tanto, a revisão de literatura, valendo-se da perspectiva antropológica e de análises comparativas, tão historicamente trabalhadas pela disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: Veena Das. Violência. Cotidiano. Trabalho de campo.

1. INTRODUÇÃO, UMA APRESENTAÇÃO DA AUTORA E DOS CENÁRIOS DO LIVRO

Introduzir a obra de uma autora como Veena Das definitivamente é uma tarefa difícil. Assim como aproximar-se dela por meio de suas escritas, tão pungentes. Quando me dispunha a ler suas produções, sempre saía dessas leituras afetada por sua forma de sentir, descrever e etnografar o mundo. Ou melhor, suas palavras se mostravam de fato tão marcantes, que nunca “saía” realmente delas. Por mais que terminasse de ler algo, seus dizeres continuavam a me atravessar em vários momentos da vida, especialmente quando me deparava com cenas e realidades entrelaçadas por dores, sofrimentos e violências. Minhas tentativas de compreender tais problemas passaram a ser acompanhadas pelo pensamento e olhar da autora.

O presente artigo busca analisar o livro *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*², lançado pela Editora Unifesp no ano de 2020, tornando-se a primeira produção completa de Veena Das a ser traduzida para o português e publicada no Brasil. Traz como objetivo a compreensão de alguns dos principais conceitos trabalhados na obra acima mencionada: a relação entre os eventos críticos e o cotidiano das suas interlocutoras; os laços entre cenas de violência, dor e sofrimento social; as reflexões sobre o papel e a atuação do Estado na generificação do sofrimento; a gramática adotada pelas mulheres na produção do conhecimento venenoso, do trabalho do tempo e do silêncio, que denunciavam os cenários devastadores por elas habitados. Todas essas concepções foram constituídas a partir das suas experiências em campo, nos diálogos com as suas interlocutoras, realizados em seus ritmos cotidianos, como também, a partir do contato com a literatura produzida pelos filósofos Ludwig Wittgenstein e Stanley Cavell, além de outras referências do campo da antropologia e da literatura indiana.

Como descrevo neste trabalho, Veena Das se interessa pela investigação de como as etnografias geram conceitos e de como o ordinário passou a ser, para a autora, uma das concepções centrais na prática antropológica. Dessa maneira, a escolha da obra se deu pela compreensão de que *Vida e Palavras* tornou-se central no campo da antropologia, principalmente no que diz respeito a reflexão sobre o cotidiano e a violência como categorias articuladas no trabalho de campo e no exercício da escrita etnográfica.

No começo do seu livro, a autora discorre sobre como sempre era “deixada com um desconforto, uma frustração em relação ao que dizia” (DAS, 2020, p. 17), principalmente porque seus problemas de pesquisa eram e continuam sendo, frequentemente, objetos repletos de complexidades e com questões difíceis de serem narradas. Falar sobre violência e sofrimento social significa estar, continuamente, em um estado de alerta e de devastação tanto *diante da dor dos outros*, como das suas próprias. E como Das elabora ao longo de seus capítulos, também significa estar diante da possibilidade de uma abertura para o começo de uma relação, quando permitimos que *o conhecimento da outra pessoa nos marque*. Assim, me valendo deste mesmo movimento, bordo e entrelaço esta escrita tomada pela dificuldade e pelo sentimento de estar lidando com os

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: azevedo.izabella@estudante.ufff.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Profa. Dra. Cristina Dias da Silva.

² A obra foi originalmente publicada em 2006, com o título de *Life and words: violence and the descent into the ordinary*.

limites das palavras, ao tentar compreender momentos de dor, horror, silêncio e desespero. Contudo, ao mesmo tempo, assim como aprendi com a autora, também escrevo com uma esperança de poder encontrar, tanto nela, como em mim mesma, formas e sentidos pelas quais “minhas práticas etnográficas, meus modelos de ler e escrever” (DAS, 2020, p. 17) possam tocar e serem tocados pelo mundo.

Ao longo de sua trajetória acadêmica, Veena Das construiu diversas produções etnográficas e filosóficas que articularam temas como: violência, testemunho, gênero, linguagem e a importância do cotidiano e de tessitura do ordinário para a antropologia. A autora também produziu coletâneas e parcerias com múltiplas autoras e autores que debateram assuntos como: o Estado, *as margens*, o sofrimento social, a aflição, os rumores, assim como questões relacionadas ao campo da antropologia da política e da saúde, com etnografias de documentos e dos itinerários terapêuticos traçados por *residentes de bairros periféricos na Índia*³, dentre muitos outros temas. Também creio que seja importante ressaltar a participação da autora nos chamados “Grupos de Estudos Subalternos”, que possuíam o objetivo de “produzir o conhecimento a partir da antropologia e da história de um ponto de vista não ocidental, de modo a inverter a premissa de que o Ocidente é o sujeito, e a sociedade indiana (ou o “Sul Global”), o objeto do conhecimento.” (LACERDA; PARREIRAS, 2021). Essa virada epistemológica se tornou marcante para a elaboração de diversas críticas ao olhar dessas disciplinas acadêmicas na produção do conhecimento, assim como influenciou para a concepção de novos modelos de se construir esses saberes e estudos.

Em *Vida e Palavras*, são dois os eventos críticos que formam a base das reflexões da autora. O primeiro foi a Partição da Índia, ocorrida em 1947, que dividiu o país em dois estados nacionais: a Índia (com grande parte da sua população composta por hindus e sikhs) e o Paquistão (de maioria muçulmana). O segundo foram os *riots* que ocorreram em 1984, após o assassinato da então primeira ministra do país, Indira Gandhi. O desencadeamento desses conflitos produziu uma série de assassinatos e ataques violentos destinados a população sikh, sucedidas em várias partes da Índia. Em meio a estes cenários, a autora encontrará suas interlocutoras cujas histórias de vida, emaranhadas na violência, se tornaram também parte da história da nação (DAS, 2020). A maneira pela qual esses dois eventos se interligaram em suas etnografias vão sendo revelados pela “costura” que a violência coletiva produziu na vida cotidiana dessas mulheres.

2. O FAZER ETNOGRÁFICO DE VEENA DAS

**“A etnografia como gênero me parece ser uma forma de conhecimento na qual venho a reconhecer minha própria experiência em uma cena de alteridade.”
(DAS, 2012, p.343).**

Antes de entrar na análise propriamente dita da relação entre violência e o cotidiano para Veena Das, escolhi realizar uma pequena digressão para pontuar algumas observações realizadas pela autora sobre a sua relação com o trabalho de campo, suas interlocutoras e seu fazer etnográfico. Como uma apresentação de seu *giar metodológico*, ela aponta algumas bases teóricas e referenciais antropológicos adotados ao longo da pesquisa e da escrita de seu livro. Desse modo, a autora construiu diversas metáforas a fim de descrever a ideia de que o trabalho etnográfico poderia ser comparado a *uma costura, um tecido ou uma tessitura*.

Essas alusões remetiam a concepção de que o trabalho antropológico seria algo realizado artesanalmente, construído a partir de um cuidado para com os detalhes, processado por um ciclo diário de montagem da obra que estará, aos poucos, surgindo e pela noção de que houve uma participação e uma influência de diversas mãos conduzindo os fios que serão usados para tecer o produto final, que são as etnografias. Assim, a percepção que se construiu sistematizações diferentes das ideias iniciais passa a significar que a pesquisadora foi capaz de absorver o que o espaço e as suas interlocutoras transmitiram.

Influenciada por Marilyn Strathern, Das concebe como característica própria da antropologia a capacidade de se ter, a um só tempo, as relações sociais como objeto e o meio pelo qual as análises são realizadas. Citando Strathern, ela reconhece como a tradição do trabalho de campo o fato dos “antropólogos aprenderem sobre sistemas ao entrarem em relacionamentos com aqueles cuja vida social eles estão estudando (...) o aprendiz ganha conhecimento no decorrer da interação” (STRATHERN apud DAS, 2020:18). Assim sendo, os instrumentos de pesquisa se tornam as próprias relações que as pesquisadoras constroem com as suas interlocutoras. Esse *estar junto* e participar do dia a dia, dos ciclos e dos afazeres, que são necessários para a

³ Aqui me refiro ao artigo por ela escrito, intitulado “Cómo el cuerpo habla”, publicado em 2017.

continuidade da vida em uma comunidade, constituem essa “tessitura do ordinário”, base das interpretações da autora.

Além disso, outro fator cuja influência é de Strathern, na perspectiva de Das, seria a concepção de que não se pode designar uma escala de padrões de sociabilidade ao grupo estudado sem antes apresentar as *condições de possibilidade* em que essas análises foram realizadas. E essa capacidade é experimentada quando a pesquisadora consegue colocar seus dados em constante diálogo, entre o olhar que as vê e o olhar que os sujeitos de pesquisa elaboram sobre si mesmos. Dessa forma, a autora reafirma a importância de uma interlocução como mútua colaboração, em oposição a ideia de informantes como aqueles que “informam sobre questões pré-formuladas” (DAS, 2020, p. 16). Antes, a relação estabelecida com suas interlocutoras foi a de uma escuta atenta e demorada, que buscou a compreensão das temporalidades e das relações trilhadas por elas ao longo do tempo.

Como descreve em vários capítulos do livro, a autora começou seu trabalho de campo em 1973, no primeiro momento, com a intenção de estudar as redes e políticas de parentesco entre as famílias urbanas do Punjab, Estado indiano que faz fronteira com o Paquistão. Para isso, passou por longos períodos de observação e estudo das terminologias de parentesco desta comunidade. Mas o tema logo foi se alargando com a percepção de que tais relações estavam intrinsecamente afetadas pela Partição, que ocorrera anos antes. Dessa maneira, um dos aspectos observados nessas redes foram as violências e os sofrimentos relacionados as “constantes alusões a traição da confiança, as infidelidades e o fracasso em viver à altura dos elevados ideais morais de solidariedade parental.” (DAS, 2020, p. 25). Passado o tempo, como mostrado nos casos etnográficos por ela apresentados, Das buscou compreender como a Partição modificou e alterou os padrões de relacionamentos parentais entre as suas interlocutoras e de como a violência esteve “tão entranhada no tecido social que se tornou indistinguível dele.” (DAS, 2020, p. 232).

Era possível observar, por exemplo, crianças que transitavam entre famílias distantes, pela perda dos pais durante os conflitos, adoções informais, assim como questões relacionadas ao sustento e a renda, completamente devastadas nesse período. Tudo isso acarretou uma série de solicitações de ajuda aos parentes que conseguiram manter seus negócios entre as fronteiras. Como observou a autora, “o modo como tais desilusões eram encenadas nos relacionamentos, a performance das acusações e a delicada codificação das referências a favores passados e a relacionamentos traídos constituíam a estética do parentesco” (DAS, 2020, p. 25). Junto a essas tensas relações, Das passou a notar a existência de uma *atmosfera de silêncio* em torno das mulheres, o que *mostrou* a ocorrência de que experiências complexas tinham acontecido com elas durante esses conflitos.

A Partição foi responsável pela morte de milhares de pessoas e pelo deslocamento forçado de milhões. Outra marca desse período foram os raptos, as violações e os estupros das mulheres⁴ em ambos os lados da fronteira. Quando a autora se encontrou com as sobreviventes, já havia se passado alguns anos desde que o evento ocorreu. Por isso, um elemento importante em sua pesquisa foi a compreensão dos efeitos dessas violências incorporadas nas memórias, nas performances e nas diversas linguagens por elas utilizadas, que expressavam, de diferentes maneiras, o que haviam sofrido.

Contudo, enquanto as fronteiras criadas durante a Partição eram visíveis, as dos tumultos de 1984 se constituíam de maneiras mais sutis. Assim, como ela própria descreve, enquanto sua entrada em campo com as sobreviventes da Partição foi marcada pelos “lentos rituais” de inserção e aceitação, sua experiência com as sobreviventes dos *riots* foi experimentada de outra maneira, “como se uma ferida tivesse de súbito se aberto, rasgando tecidos conectados” (DAS, 2020, p. 27). Quando Das foi a campo nesta época, as marcas físicas e o calor das mortes estavam a flor da pele, pois tudo havia acontecido há pouquíssimo tempo. A autora descreve em seus diários de campo como ainda era possível ver corpos sendo cremados, poças de sangue, marcas de balas e a destruição das casas onde tudo havia se passado. As sobreviventes ainda temiam que mais mortes pudessem acontecer, pois os perpetradores e alguns dos funcionários do Estado, participantes ou coniventes com o massacre, ainda rondavam os acampamentos onde elas e suas famílias estavam.

Dessa forma, Veena Das buscou em seus trabalhos a compreensão de como era organizada e sentida a vida cotidiana entre mulheres que sobreviveram a cenários devastadores, repletos de violências, dores,

⁴ Segundo Veena Das, o número das “perdas de vidas em ambas as comunidades em guerra foi entre 200 e 250 mil e o número de mulheres estupradas e raptadas em ambos os lados em cerca de 100 mil. O cálculo encontra algum respaldo em informações dadas à Câmara no contexto dos debates legislativos da Assembleia Constituinte, durante os quais se declarou, em 15 de dezembro de 1949, que 33 mil mulheres hindus ou sikhs foram raptadas por muçulmanos e que o governo paquistanês alegara que 50 mil mulheres muçulmanas haviam sido raptadas por homens hindus ou sikhs.” (DAS, 2020, p. 34).

perdas, lutos e sofrimentos. Ela procurou apreender como grandes eventos históricos eram sentidos e experienciados diariamente na *vida ordinária*, das que tiveram que existir em um mundo completamente despedaçado e destruído. Para isso, a autora fez incansáveis tentativas para criar uma aproximação profunda com suas interlocutoras, exercitando sua *escuta-observação-participante* dentro dos ritmos e das vidas dessas mulheres.

Como discutirei mais profundamente no decorrer deste artigo, a procura por um envolvimento duradouro e profundo com suas interlocutoras trouxe a autora um lugar privilegiado de trocas. O nosso reconhecimento do *outro* não é algo que podemos fazer em um único dia, como ela formula, mas, em vez disso, se torna uma escolha diária e contínua para o estabelecimento de laços de confiança.

Meu reconhecimento do outro não é algo que eu possa fazer uma vez e assim se acaba. A suspeição em relação ao ordinário parece, para mim, estar enraizada no fato de que os relacionamentos requerem uma repetida atenção ao mais ordinário dos objetos e eventos, porém nosso impulso teórico, muitas vezes, é o de pensar a ação em termos de escapar do ordinário e não de descer a ele. (DAS, 2020, p. 21).

Essa construção fez com que ela pudesse compreender sutilezas e camadas complexas das relações sociais que um olhar apressado, por assim dizer, não seria capaz de enxergar. A capacidade de identificar que, em alguns momentos, o olho não era um órgão que via, mas um órgão que chorava (DAS, 2020, p. 73) se tornou uma das marcas e considerações de seu trabalho. A autora então inicia seu livro perguntando-se como a antropologia poderia olhar para objetos como o sofrimento e a violência? Como as violências experienciadas por suas interlocutoras estavam sendo vividas e sentidas naquele período? Como se tornaram parte das relações cotidianas e ordinárias? Como seria para ela analisar temas como “o horror da Partição, a angústia e a tristeza, a dor e a brutalidade dos ‘tumultos’ de 1946-47?” (DAS, 2020, p. 32). Essas perguntas guiaram boa parte de seu trabalho de campo.

Para realizar essas análises, Das parte do princípio de que as suas escritas etnográficas não são *sobre* os eventos críticos em si mesmos, mas ao que acontece com a vida das mulheres ao nível cotidiano, dirigindo sua atenção, assim, “as mais amplas possibilidades do fenômeno e a singularidade das vidas” (DAS, 2020, p. 16). Assim, ela se dedicou a descrever o que aconteceu com essas mulheres e o que da memória dessas violações estavam presentes nos seus relacionamentos.

Segundo a autora, alusões a Partição se localizavam nas margens das conversas. Não que existisse alguma proibição a menção desses eventos, mas as sutilezas ou o silêncio em torno dos acontecimentos, muitas vezes, se constituíam como respostas. Como ela formula, “as memórias da Partição, portanto, não tinham a natureza de algo que estivesse nos subterrâneos, reprimida, escondida, tendo de ser escavada. De certa forma, essas memórias estavam bem na superfície. No entanto, criaram-se cercas em torno delas” (DAS, 2020, p. 25). E tais muros tinham os seus porquês de existirem. Das então procurou compreender essas *pequenas mortes na vida cotidiana*, onde concentrou seu olhar entre aquelas que “escolheram emudecer, que afastaram sua voz para protegê-la.” (DAS, 2020, p. 23). Como ela formula,

No entanto, com uma única exceção, jamais perguntei a ninguém sobre suas histórias da Partição. Não que, se perguntadas, essas pessoas não pudessem contar uma história; o fato era simplesmente que as palavras tinham para elas uma qualidade congelada e escorregadia, que mostravam sua relação exaurida e insensível em relação à vida. Espero que, nas descrições que seguem neste livro, a natureza desse silêncio se revele a si mesma. (DAS, 2020, p. 26).

Para a compreensão destas complicadas relações, a autora aciona os conceitos de voz e cotidiano, influenciada por Ludwig Wittgenstein e Stanley Cavell, para analisar como a violência acessa os recessos e as tessituras do ordinário. O conceito de voz é então compreendido como a capacidade de “infundir” vida às palavras, de dar um significado a elas. Essa questão surgiu em seu trabalho por sua experiência em campo, onde Das sentia que poderia existir situações em que pessoas falavam, mas suas palavras eram animadas por outras vozes. Ao entrar em contato com as sobreviventes de ambos eventos críticos, ela enxergou que tais cenários de “violência brutal e condensada havia devastado a costumeira normalidade desses lugares, ela própria marcada por uma violência cotidiana” (DAS, 2020, p. 27).

Ao compreender que o trabalho das antropólogas e dos antropólogos não é o de atravessar as resistências dos outros, mas sim, de permitir que os conhecimentos das pessoas os marque, Das chama a

atenção para o papel dos sentidos na descrição antropológica e de como sem a experiência, sua teoria seria vazia. Dessa forma, sua produção e reflexão teórica vem de seu trabalho de campo, das conversas e das experiências com suas interlocutoras.

3. TRAÇANDO RELAÇÕES: O EVENTO E O COTIDIANO, O ORDINÁRIO E O EXTRAORDINÁRIO

Uma das principais formulações da autora em *Vida e Palavras* é a sua conceituação do que significa o cotidiano e o ordinário e a sua importância para a pesquisa etnográfica. Em um primeiro momento, pode-se pressupor que essa *descida ao ordinário* seja um trabalho relativamente “simples” de se realizar, ou até mesmo “sem importância”, justamente porque esses cenários, em muitos casos, soam como “dados” ou já “conhecidos”. O que Das realiza é um exercício imaginativo que busca complexificar essas noções que muitas vezes eram utilizadas com um certo “ar de obviedade” na literatura antropológica.

Dessa maneira, a posição adotada se torna a contrária: nada do que é ordinário é visto como banal. É no cotidiano que a riqueza das relações acontece e por isso a dificuldade de se descrever esse *dia a dia*. Como Veena Das manifesta em suas escritas, é justamente quando consegue-se acessar e colocar em relação às compreensões sobre a vida cotidiana de suas interlocutoras, que se observa ali uma profundidade teórica importante, demonstrando a conquista de se estabelecer relações e sistematizações *de perto e de dentro*. Mas a questão é que, como a autora argumenta, muitas vezes o impulso teórico dos pesquisadores é o de poder captar o mais “extraordinário” dos eventos, não conseguindo assim *descer ao ordinário* e enxergar a grandeza que ele nos oferece analiticamente.

Dessa forma, a violência que despedaçava o mundo era, a todo momento, re-atualizada no cotidiano e o sofrimento, absolvido pelo ordinário, buscava uma forma de *cicatrização possível*. Nesse sentido, “o tema da aniquilação do mundo, ou de ver a si mesma em meio à encenação de uma dúvida capaz de aniquilar o mundo, não é necessariamente vinculado a grandes acontecimentos” (DAS, 2020, p. 21), mas sim, podem ser experimentados nas horas mais inesperadas, que passam a parecer uma infinidade quando a dor e a destruição se tornam uma parte de si mesma. Logo, passamos a entender o cotidiano como algo volátil e não estático. Entretanto, a pergunta que nos chega é: como aprendê-lo? Para a autora, a compreensão do ordinário é acessada via etnografia, pela imersão em campo e com a produção de uma *prática-teoria* antropológica, encontrando “uma mediação para retratar a relação entre eventos críticos que modelam grandes questões históricas e a vida cotidiana” (DAS, 2020, p. 16).

Mas o que são esses *eventos críticos*? Inicialmente, Das propõe a compreensão de que o evento seria aquele acontecimento que irrompe e produz uma ruptura na vida, destruindo os limites até então constituídos pelos sujeitos. Tal definição vai assim ganhando forma e conteúdo ao longo de suas escritas, ao se relacionar com as concepções da linguagem e da vida cotidiana. Isso nos leva a noção de que os eventos críticos não acontecem “do nada”. De certa forma, eles se encontram ancorados, *presos com seus tentáculos*, em imagens que já assombravam as relações cotidianas. Esses eventos “interrompem o ordinário, mas ainda são parte do cotidiano” (DAS, 2020, p. 21), como afirma a autora. Assim sendo, da mesma maneira que Das vê uma absorção da violência ao ordinário, em que os eventos críticos estão inteiramente relacionados, ela também pensa no “cotidiano como pleno de eventos em si mesmo”. (DAS, 2020, p. 23).

Com isso, é possível compreender que *o ordinário não se estabiliza para o extraordinário acontecer*. O que geralmente ocorre é que, em eventos que rasgam e produzem feridas na vida repentinamente, paramos de olhar para o ordinário, mas ele continua se realizando. As interlocutoras de Das tiveram que lidar com as violências que sofreram nos dias cotidianos, em que, por mais que sentissem o horror de existirem em um estado de completa devastação de si mesmas e do mundo como o conheciam, tiveram que seguir realizando as tarefas mais ordinárias que a elas eram designadas, “no trabalho de costurar, de unir retalhos e atar relacionamentos na vida cotidiana.” (DAS, 2020, p. 175). Porém, como o cotidiano é produtivo, houveram também pessoas que, criando outros sentidos, não conseguiram reabitar o mundo que fora destruído.

4. LAÇOS ENTRE VIOLÊNCIA, DOR E O SOFRIMENTO SOCIAL

A conceitualização do que seria “violência”, “dor” e “sofrimento social”, nas obras de Veena Das, não podem ser entendidas como formulações fechadas ou terminadas em si mesmas. Antes, a autora vai compondo esses conceitos e os reformulando ao longo das suas experiências de trabalho de campo e da revisão de seus materiais etnográficos. Para analisar o que rompe com o tecido da vida e produz cenas de violência, Das parte do princípio que “a experiência de ser um sujeito é a experiência de um limite” (DAS, 2020, p. 19). Dessa forma,

ao se perguntar sobre como devemos ver a violência, a autora ensaia uma resposta, interpretando-a como aquele fenômeno que “excede os limites do mundo, do modo como este era conhecido” (DAS, 2020, p. 19). A violência seria a quebra de um limite construído pelo sujeito no mundo. A quebra desse limite, antes traçado pelas forças sociais e pela própria agência do sujeito em manejar e reconstruir tais normativas, seria onde a violência produziria novos limites, destruindo outros. Essa perda de sentido é metaforizada pela ideia de algo que se fragmentou.

Assim, a violência também é entendida como um *fragmento*, que destrói a imagem do mundo e cria uma *atmosfera* cuja característica é representada pela impossibilidade de se imaginar em uma cena que seja capaz de re-habitar esse lugar. Dessa maneira, a ideia do fragmento seria a da incapacidade de se imaginar um futuro que restaure as relações e as vidas que foram destruídas. Uma imagem que poderia ser utilizada para exemplificar essa analogia seria a de um quebra cabeça que fora montado, mas que, após ser completamente destruído com uma força devastadora (que seria a violência), as peças ficariam tão irreconhecíveis que a própria imagem do que era essa montagem, feita antes, seria impossível de se imaginar agora. A violência seria entendida assim como o “fim dos critérios”. Como nos aponta a autora,

Esse fracasso da gramática ou o que podemos também chamar de fim dos critérios é o que vejo como violência aniquiladora do mundo – a figura de um irmão que não é capaz de interpretar se o amor consiste em matar a irmã de alguém para salvá-la de outro tipo de violência advinda da multidão, ou em entregá-la à proteção de alguém cujos motivos não é possível perscrutar totalmente; ou o fracasso de uma mãe em saber que seu filho está mais a salvo com ela ao léu, diante de uma multidão assassina, do que em uma casa com seu pai. (DAS, 2020, p. 22).

Assim sendo, nas concepções da autora, a violência deve ser vista como algo processual, onde ideias de um *começo* ou um *fim* muito bem demarcados não fazem sentido de serem utilizadas. Dessa maneira, a violência é menos entendida como um ato definido pelo momento em que se realiza, e mais percebida como uma *atmosfera polissêmica* que está presente em todas as relações sociais. Nas palavras de Das, esses momentos são moldados “por meio de transações complexas entre a violência como o momento originário e a violência que se infiltra nas relações contínuas e se torna um tipo de atmosfera que não pode ser expulsa para um “fora”. (DAS, 2020, p. 74).

Entendê-la como uma atmosfera, portanto, significa encontrá-la em muitos âmbitos da vida, de diferentes formas. Logo, a violência é tida como uma “agente produtiva”, no sentido em que cria e transforma as relações sociais da maneira como essas eram construídas. Uma das principais tarefas que a autora travou em seu livro foi a tentativa de compreender como diferentes *atmosferas de violência* foram vividas no cotidiano e no ordinário da vida, nas experiências de suas interlocutoras. Sua tarefa foi assim “de compreender como elas reconstruiriam suas vidas, recolheriam os cacos e descobririam como e para onde seguir, isto é, seguir vivendo naquele mesmo espaço de devastação, de algo que se acabou.” (DAS, 2020, p. 28).

Nas descrições realizadas no livro, a violência se fez presente de muitas maneiras. A dificuldade de se nomear esses eventos estaria na incapacidade de se estabelecer uma comunicação. Isso aconteceria quando a “linguagem faltaria em face a violência”, ou pela própria dificuldade em se determinar o que seria o contexto da violação, visto que esta estaria completamente interligada com as relações cotidianas e de intimidade, por exemplo. Por vezes, como demonstra a autora, a própria língua falada carregava um tom ou uma *matriz estrangeira*.

Mas, além disso, como afirma Das, “se o processo de nomear a violência apresenta um desafio, é porque essa nomeação traz grandes riscos políticos”. (DAS, 2020, p. 219). Dessa forma, essa dificuldade conjuntamente é compreendida pelo reconhecimento do poder que é acionado quando se realiza uma nomeação e quando tais assuntos se tornam também questões para o Estado, para suas políticas e burocracias e para suas práticas de controle da vida.

4.1 A VIDA DE ASHA

Asha⁵ tornou-se uma das principais interlocutoras de Veena Das. Ao trazer a história dela para seu texto, a autora quis narrar, ou ser testemunha, do que foi a existência de uma mulher profundamente afetada pela Partição da Índia, com os desdobramentos de sua vida construídos em torno desse evento. Quando a conheceu, Asha tinha 55 anos. Ela havia ficado viúva aos 20, em 1941. Asha não chegou a ter filhos com o seu primeiro marido morto e essa foi uma questão que a afligia muito. Por estabelecer um contato muito próximo com a irmã mais nova do marido morto, essa decide entregar um de seus filhos para Asha cuidar, a fim de que tivesse uma proteção na velhice. Porém, ao se ver em meio a situações complicadas e em relacionamentos desgastados com essa família, que tinha como plano de fundo a Partição, Asha decide se casar novamente, saindo desse primeiro lar conjugal, o que levou-a viver em um outro lugar distante. Após anos e anos de tentativas para reconquistar essas relações que foram perdidas, ela consegue se reaproximar e se reconciliar com a irmã do marido morto, que havia lhe dado um filho.

Ao observarmos o caso de Asha, vemos que “o momento originário da violência da Partição se entrelaça aos acontecimentos de sua vida porque ela já era vulnerável como viúva em um universo de parentesco marcado pelo ethos de casta superior hindu”. (DAS, 2020, p. 74). Por se sentir um peso, tanto em sua casa natal, como na de sua família conjugal, ela se vê completamente aniquilada ao olhar para o mundo e enxergar seus relacionamentos desgastados e destruídos. Suas ações então se voltaram ao trabalho do tempo, com tentativas de reconstrução do mundo para torná-lo habitável novamente. Como formula a autora, mulheres como Asha compreendiam que “a violência da Partição não residia apenas no que lhes aconteceu durante os tumultos e nas violações brutais a seus corpos, mas também no que tiveram de testemunhar – a saber, a possibilidade da traição cifrada em suas relações cotidianas.” (DAS, 2020, p. 84). Ao acompanhá-la em seu trabalho de campo, a autora pode compreender, assim, como o evento crítico da Partição pode se infiltrar no ordinário. Ela escreve:

Em sua descida ao cotidiano, mulheres como Asha ocupavam uma zona diferente, descendo ao ordinário em lugar de ascender em direção a um plano mais alto. Em ambos os casos, no entanto, vemos uma mulher como testemunha não apenas no sentido de estar no contexto dos acontecimentos, mas também de estar marcada por eles. A zona do cotidiano dentro da qual Asha falava tinha de ser recuperada pela reocupação dos próprios signos da ferida que haviam sido assinalados para forjar continuidade naquele espaço de devastação. (DAS, 2020, p. 85).

Em meio a esses cenários, a autora observa a capacidade dessas mulheres de refazerem seus mundos depois de viverem tais experiências de quebra de limites. Assim, Veena Das buscou compreender as consequências dessas violações para a subjetividade de suas interlocutoras, perguntando-se não apenas “como a violência étnica ou comunal foi encenada mediante atos específicos de violação de gênero, como estupro, mas também como as mulheres podem ter recebido esses signos nocivos de violação e os recuperado por meio do trabalho de domesticação, ritualização e (re)narração.” (DAS, 2020, p. 71).

4.2 SOFRIMENTO SOCIAL

O *sofrimento social* também se caracteriza como uma categoria base nas reflexões de Veena Das. Não se tratando de um problema de ordem psíquica apenas, o adjetivo “social”, trazido e reivindicado pela autora, nos diz respeito a como o Estado, os poderes políticos, econômicos, históricos e culturais podem construir lugares e circunstâncias onde a distribuição do sofrimento é produzida de forma desigual. Assim, ao transformar a dor, o corpo, a violência e o sofrimento em temas da investigação antropológica, a autora produziu um caminho para o entendimento dessas categorias, observando as maneiras em que elas eram encenadas, na produção de corporalidades e nas formas em que iam sendo tornadas públicas, em diferentes cenários da vida cotidiana. A percepção desses fenômenos foi compreendida em situações que o gênero, por exemplo, se tornou *uma gramática que autorizou a violência* contra as mulheres.

Dessa maneira, para a autora, o estudo do sofrimento se localiza na análise de como o social constrói as práticas coletivas para a *aniquilação do outro*. Ao se debruçar sobre essas questões, Das passa então a ver que sua biografia acadêmica estava incrustada nessas relações permeadas de sofrimento. Sua dificuldade em

⁵ Em uma das notas do livro a autora diz: “como no caso de outros nomes, este é um pseudônimo, cunhado pelo meu próprio investimento nela. Literalmente, o termo significa “esperança”.” (DAS, 2020, p.266).

analisar esses cenários veio junto com o entendimento que o sofrimento social, causado por tais eventos críticos, passou a estar presente na vida cotidiana e ordinária das suas interlocutoras.

4.3 A DOR E O CORPO COMO PROBLEMAS ANTROPOLÓGICOS

Ao notar que os cenários de suas pesquisas de campo traziam e reivindicavam o elemento da dor, a autora passou a tecer reflexões sobre esse fenômeno, procurando capturar tais cenas como problemas teóricos para a antropologia. O que fazer, quando em seu trabalho de campo, elementos como a dor e o sofrimento são reivindicados por seus interlocutores? Como escrever a dor no texto etnográfico? Como a escuta antropológica pode lidar com essas cenas? A autora reivindica o lugar da antropologia ao lidar com esses cenários. Como ela formulou: “se eu não posso alegar *conhecer* a dor do outro, ao contrário das assistentes sociais que *sabiam* o que as mulheres queriam, o que significa relacionar-se com essa dor?” (DAS, 2020, p. 51). A *compreensão da existência da dor do outro*, enquanto um elemento constitutivo do universo dos sujeitos que compõem a descrição etnográfica, seria a primeira posição para se estabelecer o começo de uma possível relação.

Quando somos expostos a uma violência ou dor, ali se expressa uma exigência moral perante o outro que se apresenta, exigência essa que poderá ser respondida ou não. Mas o próprio ato da *não resposta* constitui-se em uma prerrogativa. Assim, quando Das formula a questão de “como minha dor pode residir em outro corpo?”, o que a autora produz é a compreensão de que sentir a dor no corpo do outro é um convite para a iniciação de um diálogo. Como ela formula, “nesse movimento entre corpos, a sentença “sinto dor” torna-se o canal pelo qual posso sair da inexprimível privacidade e asfixia da minha dor. Isso não significa que eu seja compreendida (...) É o começo de um jogo de linguagem.” (DAS, 2020, p. 52).

O trabalho antropológico, nesses casos, seria o de conceber que a dor do outro é sentida em lugares diferentes dos quais constituem minhas próprias referências. Desta maneira, a posição adotada seria a de *deixar que a dor do outro possa acontecer também em mim*, enquanto pesquisadora, permitindo assim que o conhecimento dos outros me marque. Quando reconhecemos esses cenários, “começamos a pensar na dor como entendimento e reconhecimento (...) no registro do imaginário, a dor do outro não pede apenas um lar na linguagem, mas também busca um lar no corpo” (DAS, 2020, p. 69).

Para citar apenas um dos muitos exemplos etnográficos descritos no livro, trago uma reflexão da autora onde ela elabora questões em torno da performance social, da dor e da corporalidade reivindicada por conta da viuvez de Asha. Ela diz:

A performance da identidade de gênero da viuvez tem a força de um ritual social obrigatório. No entanto, se a tristeza é exibida de modo muito exuberante, esta deixa todos desconfortáveis ao redor, como se estivessem traindo um irmão ou um tio falecido, ao rir ou desfrutar de um aperitivo especial. Há uma estética especial dos sentidos aqui. Uma viúva, especialmente uma jovem viúva sem filhos, compreende sua vulnerabilidade, pois deve incorporar em seu comportamento a crença culturalmente aceita de que não é bem-afortunada – todos os critérios externos pelos quais seu status desfavorável é transmitido estão presentes em seu corpo –, contudo sua relação com o corpo não é simplesmente um mapeamento desse exterior descendo a um eu interiorizado (...) Mais uma vez, não pretendo dizer que existam sentimentos, pensamentos e sensações que sejam “internos” e comportamentos que sejam “exteriores”. Mas toda postura corporal, ao fornecer critérios externos pelos quais outros podem ler o “interior”, é um importante gesto cultural que está embebido, neste caso, na gramática da viuvez na sociedade indiana. Estou inclinada a dizer que o corpo se torna quase expressivo demais para suportar. (DAS, 2020, p. 80).

Dessa forma, se faz necessária a desconstrução da imagem do caráter altamente “pessoal” ou “íntimo” que se tem quando paramos para refletir sobre temas como as emoções, a dor e os sentimentos. Existem modos, maneiras, costumes e relações socioculturais presentes. Quando pensamos na “dimensão da intimidade”, também estamos falando sobre a construção social dessas emoções. Podemos nos perguntar, assim, que tipo de sentimentos são requisitados em determinadas situações, ou nos questionarmos sobre a elaboração cultural de certas emoções. Qual performance pública é esperada em certas circunstâncias da vida, como em cerimônias de luto, por exemplo? Tais correlações, entre a estrutura organizacional societária e a gestão dos sentimentos, vão sendo tecidas ao longo das relações sociais cotidianas, nos ritmos do dia a dia e nesse artesanato que é a construção de si e do mundo, que pode ser, o tempo todo, questionada ou revisitada.

5. O PAPEL DO ESTADO NA GENERIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO

Parte do trabalho da autora em *Vida e Palavras* foi dedicado a analisar como os discursos coletivos e estatais criaram uma zona de mobilização em torno das figuras das mulheres violadas após a Partição da Índia, a fim de produzir um “restabelecimento da nação como espaço “puro” e masculino”. (DAS, 2020, p. 32). Tal processo de “sexualização do contrato social” terminou por reorganizar e reafirmar os lugares dos homens e das mulheres na sociedade indiana e paquistanesa após a Partição. Não houve um interesse oficial da Índia em se construir uma memória popular desse evento crítico. Ao produzir uma interligação entre o contrato social com o controle sexual, o Estado criou a imagem de restabelecimento da “ordem” após os conflitos, ao circunscrever as mulheres como “seres sexuais e reprodutivos instalados no interior do doméstico, sob o controle dos tipos “certos” de homens.” (DAS, 2020, p. 33). O sofrimento das mulheres foi, assim, apropriado pelos discursos nacionalistas. O Estado indiano e o paquistanês acionaram uma série de mecanismos administrativos, leis e instrumentos burocráticos para a “recuperação” de mulheres que haviam sido estupradas e sequestradas, em ambos os lados da fronteira. Como afirma a autora,

A circulação da figura da mulher raptada, com a imagem a ela associada de desordem social como desordem sexual, criou as condições nas quais o Estado pôde ser instituído essencialmente como um contrato social entre homens encarregados de manter em suspenso a violência masculina contra as mulheres. Assim, a história sobre rapto e recuperação funciona como uma história fundamental que autoriza uma relação particular entre contrato social e contrato sexual – sendo o primeiro um contrato entre os homens para instituir o político e o segundo o acordo para circunscrever as mulheres ao âmbito doméstico sob a autoridade da figura do marido/pai. (DAS, 2020, p. 35).

O interesse público em realizar algum processo de “recuperação” dessas mulheres dizia respeito ao controle dos direitos sexuais e reprodutivos. Isso também se tornou visível quando ambos os Estados afirmaram que a troca das mulheres deveria ser “igual” se tratando de números, com o peso da geracionalidade presente, ou seja, preferencialmente, escolhiam-se as mulheres mais jovens para esses trâmites burocráticos. Dessa maneira, “o interesse pelas mulheres não se baseou em sua definição como cidadãs, mas como seres sexuais e reprodutivos.” (DAS, 2020, p. 39). Se apropriar dos corpos das mulheres e inscrever neles o novo texto das nações que emergiram se tornou uma das ações realizadas com a Partição, colocando em prática a ideia de “apropriar-se de um território como nação e apropriar-se do corpo das mulheres como território.” (DAS, 2020, p. 64).

Esses eventos críticos produziram um sofrimento generificado, onde a grafia do poder subjugava e colocava as mulheres em relações onde seus sofrimentos e dores não eram escutados, mas sim, utilizados a interesse dos homens que estavam “construindo uma nova nação.” A suposição realizada foi a de que, com cada Estado reivindicando “suas” mulheres que haviam sido raptadas, a honra e a paz seria retomada, como se tais ações pudessem, de certa forma, “apagar” o horror de tais eventos. Como afirma a autora, “o Estado não apenas abafou as vozes das mulheres, mas também reconheceu a relevância de seu sofrimento apenas para a inauguração da soberania.” (DAS, 2020, p. 50).

6. O CONHECIMENTO VENENOSO E O SILÊNCIO COMO LINGUAGEM

Veena Das elabora complexas análises sobre a divisão generificada realizada no processo do luto. Na sociabilidade indiana, em casos onde a perda e a morte acontecem, fica destinado às mulheres o trabalho de cuidar do fio que tece a vida cotidiana, agora completamente esgarçado e destruído. Todos os afazeres da casa, da limpeza, da feitura dos alimentos, dos cuidados com as crianças, ficam a cargo delas, que também vivenciam um processo de devastação e despedaçamento. Ao compreender isso, a autora então se pergunta: se socialmente era o papel das mulheres indianas transformarem o silêncio em testemunho e em discurso, com os casos de raptos, mortes e estupros, como as mulheres responderam a essas violações sofridas durante a Partição?

Enquanto nos homens, narrativas morais foram construídas através dos rumores e a partir dos discursos “oficiais” produzidos pelos aparatos estatais, que diziam “livremente” sobre o que “tinha acontecido” com as mulheres naquele período, entre elas produziu-se uma atmosfera de silêncio e uma comunicação realizada através de metáforas sobre esses eventos críticos. Dessa forma, no cotidiano das famílias e das

comunidades, palavras tinham outras matizes e lugares, inclusive o silêncio. A autora buscou compreender, assim, “o lugar do silêncio no contar.” (DAS, 2020, p. 38).

Desta maneira, no caso das sobreviventes que sofreram com abusos durante a Partição, a metáfora para falar sobre esses eventos era de que elas haviam bebido um conhecimento envenenado, que passou assim a constituir seus corpos. Tal analogia surgiu por conta de pais ou irmãos que, durante os conflitos, deixavam capsulas de veneno para que elas tomassem, em caso de que alguma ameaça de estupro acontecesse. Assim, o conhecimento venenoso que guardavam dentro de si mesmas se referia a essas passagens de sofrimento profundo, de *um conhecer pelo sofrimento*. No livro, Das reflete sobre essas situações encontradas em seu trabalho de campo:

Ao pedir às mulheres que narrassem suas experiências da Partição, encontrei uma zona de silêncio em torno do evento. Esse silêncio era alcançado seja usando de uma linguagem geral e metafórica, mas que evitava a descrição de quaisquer eventos com especificidade que tornasse possível capturar a particularidade de sua experiência, seja descrevendo os eventos circundantes deixando a experiência real de rapto e estupro intocada. Era comum descrever a violência da Partição em termos de rios de sangue que corriam e de uma terra coberta de mortalhas brancas a perder de vista. Às vezes uma mulher se lembrava de imagens de fuga, mas, como outra me alertou, era perigoso lembrar. Essas lembranças eram às vezes comparadas ao veneno que faz com que o interior da mulher se dissolva assim como um sólido é dissolvido em um líquido poderoso (andar hi andar ghul ja rahi hai). Em outros momentos, uma mulher dizia que ela era como um caderno de exercícios descartado, no qual os relatos de relacionamentos passados eram mantidos (...) Esse código de silêncio protegia as mulheres que haviam sido trazidas de volta para suas famílias por meio dos esforços das autoridades de evacuação militar depois de terem sido recuperadas das casas de seus raptos ou que haviam se casado, estendendo normas de parentesco e afinidade uma vez que a violação de seus corpos nunca foi tornada pública. Em vez de testemunharem a desordem a que tinham sido submetidas, a metáfora que usavam era a de uma mulher que bebia do veneno e o guardava dentro de si: “Assim como o corpo de uma mulher é feito para esconder profundamente dentro de si os erros do marido, ela pode beber toda a dor – assumir a postura do silêncio”. (DAS, 2020, p. 64-65).

As mulheres que foram violadas passaram a pertencer a um *não mundo*, onde a representação de uma *zona entre duas mortes em vida* foi criada. Elas eram vistas como *socialmente mortas* por seus parentes. As que puderam *falar com seus silêncios*, ou por meio de metáforas, como a do conhecimento venenoso, realizaram tal processo de comunicação. Como compreende a autora, se “as mulheres bebiam a dor para que a vida pudesse prosseguir.” (DAS, 2020, p. 68), era papel dos homens escutar esse silêncio e produzir outras narrativas com suas palavras.

Ao realizar tais reflexões, Das compreende assim que a linguagem não é somente a da enunciação da voz. *O silêncio não é uma ausência de linguagem, mas sim, uma linguagem específica*. Desse modo, há tipos de resistências que transgridem a fala e se localizam em outras partes, como nos corpos, em sua paralisação ou movimentação, nos usos de outros sentidos e no silêncio. Por isso também que, ao se questionar sobre o silêncio, a autora problematiza as formas de poder que permitiram aos homens a fala, onde “palavras afogavam silêncios difíceis de suportar” (DAS, 2020, p. 24).

7. O TRABALHO DO TEMPO

Se o ceticismo incrustado no cotidiano dilacerava a vida das mulheres que haviam passado por cenas de dor e violência, a categoria do “trabalho do tempo” as ajudaram a conceber uma forma de *habitar novamente* o mundo. Entre suas interlocutoras, a reflexividade sobre o tempo, como um agente produtivo, estava sempre presente. As sobreviventes “evocavam o tempo como, por vezes, um perpetrador cruel e, em outras, algo com o poder de curar.” (DAS, 2020, p. 110). Dessa maneira, a autora passa a compreender que determinados eventos não podiam ser fixados em databilidades específicas, marcadas homogeneamente em calendários, por exemplo.

Eventos críticos como a Partição e os *riots* produziam feridas que dobravam as relações sociais e permaneciam no cotidiano e no ordinário. Sendo assim, embora a Partição tivesse acontecido no passado, “sua presença continuada na vida das pessoas era visível nas histórias, nos gestos e conversas. Embora parte do passado, ela não carrega consigo um sentimento de ser passado.” (DAS, 2020, p. 109). Como a memória

constitutiva do passado poderia afetar as relações presentes? A autora então compreende que *o passado não é lembrado como uma sucessão de agoras*, mas sim, como um fenômeno vivo cujas marcas e agências no tempo são construídas e reconstruídas. Dessa maneira, suas interlocutoras, por meio do trabalho do tempo e do manejo do conhecimento venenoso que as afetara, puderam “ocupar o espaço de devastação novamente, fazer sua morada com o que restou dos escombros, perseguir o tempo, habitar o mundo em um gesto de luto – tudo isso deu a vida cotidiana uma qualidade de algo recuperado.” (DAS, 2020, p. 112).

Essas *reconstruções de si* passaram por constantes reformulações de suas próprias subjetividades, que tiveram que lidar com os amplos contextos e diferentes atmosferas de violações. O que ela percebeu nessas mulheres foi que, mesmo depois de todos esses eventos, o movimento de produção de um sentido e de *respostas* para perguntas do tipo: “devo continuar com minha vida?” ou “como vou viver depois disso?” não foram alcançadas por ascensões ao “transcendente” ou por fatos “extraordinários”, mas sim, pela descida ao mais cotidiano e ordinário da vida para, desta forma, tornar o dia a dia um espaço possível de ser vivido e habitado, novamente. Seu trabalho, portanto, buscou alcançar o modo pelo qual “esses perigos foram dominados, domesticados e vividos” (DAS, 2020, p. 29) pelas sobreviventes desses dois eventos críticos apontados.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor o entendimento de algumas das principais categorias contidas em *Vida e Palavras*, meu objetivo foi a compreensão do significado do que seria o *fazer etnográfico* para Veena Das. Como a autora formulou em uma entrevista para a revista Dilemas, em 2012, intitulada *Entre palavras e vidas*, “encontrar minha voz na companhia de outros é busca para uma vida inteira. Ao estar atenta a vida dos outros, também damos sentido a nossas vidas, ou pelo menos é como sinto” (DAS, 2012, p. 344). Essa tem sido a postura da autora durante todos estes anos em que ela dedicou sua vida ao trabalho antropológico.

Podemos, dessa forma, concluir que a contribuição da autora se torna central para as reflexões no campo da antropologia. Das aborda a relação, pouco elaborada na teoria antropológica, entre violência e cotidiano, pois em geral a violência é narrada como um evento que interrompe o cotidiano e, portanto, é pensada quase como se fossem opostas. Isso se torna um problema epistemológico para a autora. Para ela, portanto, o *insight* de ter buscado a necessidade de discutir a violência como elemento que é gestado no cotidiano seria um aspecto crucial para compreender as suas interlocutoras, para torná-las efetivamente colaboradoras do trabalho como um todo.

Ao chamar atenção para seu lugar enquanto pesquisadora, apontando para a relação complexa de interlocução em trabalhos de campo que versam sobre violências generalizadas e violências de Estado, ela compreende que:

No processo de escrita sobre essa violência, no entanto, tornou-se evidente para mim que, a menos que se entendesse a vida cotidiana das localidades em que os tumultos ocorreram, seria impossível ver como sentimentos difusos de raiva e ódio poderiam ser traduzidos nos atos concretos de matar. Uma vez que trouxe o olhar da antropologia para a situação, pude mostrar que o padrão espacial dos tumultos nas localidades mostrava uma intrincada relação entre os fatores de nível local e o senso de crise nacional criado pelo assassinato da senhora Gandhi. (DAS, 2020, p. 221).

Dessa forma, a proposição da autora re-conduz o olhar e os sentidos adotados no trabalho antropológico, convidando as pesquisadoras e os pesquisadores a compreenderem as cenas de violência no ordinário, em momentos que “fazem parte da realidade cotidiana, em vez de constituir um estado de exceção”. (DAS, 2020, p. 228). Ao ir até os acampamentos das sobreviventes dos *riots*, por exemplo, ela pôde compreender a diferença composta entre os discursos estatais, impelidos pelos rumores que narravam a fúria de uma multidão “assassina” e “desgovernada” que matava a todos que encontrava, em contraste com o entendimento que as mortes estavam, segundo seus dados coletados em campo, intimamente organizadas entre determinados bairros e certas famílias sikhs. Sobre essa “capacidade de ver e documentar o evento no cotidiano” (DAS, 2020, p. 231) ela diz:

Na minha experiência, os antropólogos podem ser mais eficazes precisamente quando são capazes de expressar o significado de um evento em termos de sua localização no cotidiano,

assumindo que a ação social não é simplesmente uma materialização direta dos roteiros culturais, mas carrega os traços do modo como esses símbolos compartilhados operam”. (DAS, 2020, p. 231).

Em vista das reflexões levantadas no decorrer do texto, pode-se então compreender que, para a autora, a conceitualização realizada em seu fazer etnográfico só ganha significado pela via de acesso ao cotidiano. Essa *descida ao ordinário*, que se entrelaça com as idas e vindas de seu trabalho de campo, é o meio pelo qual a autora realiza o entendimento dos problemas antropológicos existentes nas relações que pretende estudar. Assim, a sua teoria só se realiza e se constrói a partir de seu trabalho empírico, que desce aos ritmos da tessitura diária da vida de suas interlocutoras.

Em suas últimas passagens do livro, aqui estudado, Das compreende que, ao permitir que a dor das suas interlocutoras a marcasse enquanto pesquisadora, acabou por construir ensinamentos que transformaram seu modo de ver e perceber o mundo em suas pesquisas, principalmente no que significava a transformação do conhecimento venenoso para se seguir adiante em momentos de sofrimento. O papel da antropologia, assim, seria o de dar um lar a palavras encontradas na descida ao cotidiano, entre os recessos do ordinário em que a vida social se realiza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAS, Veena. *Violencia, cuerpo y lenguaje*. México: Editora Fondo de Cultura Económica, 2016.

DAS, Veena. *Cómo el cuerpo habla*, *Etnografías Contemporáneas*, 2017, Nº 5, p. 302- 339.

<http://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/etnocontemp/article/view/451>

Acesso em: 01 maio. 2022.

DAS, Veena. *Listening to voices: an interview with Veena Das*. Kim Turcot DiFruscia, *Alterités*, vol. 7, n. 1, 2010, p. 136-145, http://www.alterites.ca/vol7no1/pdf/71_TurcotDiFruscia_Das_2010.pdf Acesso em: 30 jun. 2022.

DAS, Veena. *Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos*, Entrevista com Veena Das. Michel Misse, Alexandre Werneck, Patrícia Birman, Pedro Paulo Pereira, Gabriel Feltran & Paulo Malvasi, *Dilemas*, *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5, n.2, 2012, p. 335-356, <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7331> Acesso em: 30 jun. 2022.

DAS, Veena. *Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n.40, 1999, p. 31-42. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000200003> Acesso em: 15 ago. 2022.

DAS, Veena. *Life and words. Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

DAS, Veena. *Vidas e palavras. A violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DAS, Veena. *Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança ou desespero*. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Rio de Janeiro - Reflexões na Pandemia*, 2020 - pp. 1-8.

DAS, Veena. *“El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas”*. *Cuadernos de Antropología Social*, 2008, n. 27, p. 19-52. <http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n27/n27a02.pdf> Acesso em: 15 ago. 2022.

DIAS DA SILVA, Cristina. *A escuta participante e a noção de imponderável revisitada*. 2020 <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2020.v15.30229> Acesso em: 20 abr. 2022.

SILVA, C. D. da. *A ética em debate: o trabalho de campo e seus novos desafios*. *Anuário Antropológico*, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 187–198, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6924> Acesso em: 1 abr. 2022

LACERDA, Paula & PARREIRAS, Carolina 2021. "Veena Das". In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/veena-das> Acesso em: 10 abr. 2022.

LACERDA, Paula. (2018). Veena Das: conceitos e propostas. Mimeo.

PARREIRAS, Carolina & LACERDA, Paula. 2021. "Violência - Veena Das". In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/violencia-veena-das> Acesso em: 10 abr. 2022.

PARREIRAS, Carolina. Tessituras, texturas, trelças e tramas: o cotidiano, o ordinário e a tarefa da antropologia. Revista Sociologia & Antropologia. v.11, n.03, 2021, p. 383-388. Disponível em: <https://www.sociologiaeantropologia.com.br/v-11-n-03/> Acesso em: 02 ago. 2022.

VIANNA, Adriana, Vida, palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das. Mana. 2020, v. 26, n. 3, p. 1-20. <https://doi.org/10.1590/1678-49442020v26n3a205> Acesso em: 02 ago. 2022.